

## **PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO E BULLING NA INFÂNCIA: PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO E FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO.**

Os problemas internalizantes e externalizantes e o envolvimento em situações de bullying, seja como vítima ou como agressor, são queixas frequentes durante a infância e alguns dos principais motivos de encaminhamento para avaliação e tratamento psicológico. Fatores relacionados à dinâmica de interação familiar e às práticas educativas parentais, assim como características individuais e os recursos pessoais da criança, como o temperamento, as habilidades sociais e as emoções, são apontados pela literatura como importantes fatores de risco e de proteção. A proposta desta sessão coordenada é apresentar e discutir seis estudos, conduzidos por três diferentes grupos de pesquisa brasileiros, que investigaram temáticas relacionadas aos problemas internalizantes, externalizantes e ao bullying, visando a identificar fatores de risco e de proteção, bem como a propor e avaliar programas de intervenção para reduzir queixas dessa natureza. O primeiro estudo, apresentado por Taiane Lins, investigou as práticas educativas maternas relacionadas aos problemas internalizantes em crianças de três a cinco anos. O segundo estudo, apresentado por Catiele Paixão, também investigou o impacto das práticas educativas maternas sobre problemas de comportamento na infância, porém, avaliando o seu impacto sobre queixas externalizantes, em crianças de três a quatro anos. O terceiro, o quarto e o quinto estudo apresentam resultados de programas de intervenção especialmente desenvolvidos para reduzir queixas internalizantes e externalizantes em crianças, focalizando as práticas educativas e habilidades sociais parentais. O terceiro estudo, apresentado por Alessandra Bolsoni Silva, avaliou os efeitos de uma intervenção em grupo adaptada e aplicada em psicoterapia individual, tanto para a ampliação do repertório social positivo dos pais e dos filhos quanto para a redução de práticas negativas, visando ao tratamento de problemas internalizantes e externalizantes de adolescentes. O quarto trabalho, apresentado por Mayara Matsunaka, verificou os efeitos de um procedimento terapêutico individual com mães, focado nas habilidades educativas parentais, sobre os problemas de comportamento internalizantes em crianças em idade escolar. O quinto estudo, apresentado por João Marcos de Oliveira, também avaliou a eficácia de um programa de intervenção sobre os problemas internalizantes, que teve o foco principal sobre as práticas educativas parentais, porém, em modalidade grupal. Por fim, o sexto estudo, apresentado por Juliana da Rosa Pureza, investigou fatores individuais de risco e proteção contra o bullying, buscando identificar características infantis que favorecem ou dificultam a resiliência no enfrentamento dessa problemática. Espera-se que a apresentação e discussão conjunta dessas diferentes propostas de intervenção e achados empíricos, contribuam para o avanço na compreensão dos problemas de comportamento infantis, e particularmente, das queixas internalizantes e do fenômeno bullying, cujos estudos são menos numerosos e mais recentes. Discutir e disseminar o conhecimento sobre fatores de risco e de proteção associados a esses problemas, especialmente aqueles relacionados ao repertório comportamental parental e infantil, são ações efetivas na busca de estratégias viáveis e inovadoras para lidar com essa problemática em nossa sociedade.

Palavras-chave: problemas de comportamento; bullying; fatores de risco e proteção; intervenção.

**PRÁTICAS EDUCATIVAS MATERNAS E PROBLEMAS INTERNALIZANTES EM PRÉ-ESCOLARES.** *Taiane Costa de Souza Lins\*\**, *Patrícia Alvarenga* (Instituto de Psicologia - Universidade Federal da Bahia, Salvador- BA)

O controle psicológico envolve o uso de práticas educativas parentais como a superproteção, o envolvimento excessivo e o uso constante de críticas e insultos. Esse tipo estratégia tem sido destacado na literatura internacional como um dos preditores dos problemas de comportamento internalizantes os quais envolvem reatividade emocional, ansiedade/depressão, queixas somáticas e retraimento. É possível que práticas educativas maternas, como o controle crítico e a superproteção, estejam associadas aos problemas internalizantes e às suas síndromes por restringirem as possibilidades de desenvolvimento da autonomia e de um repertório socialmente adequado na criança, que, em consequência desse tipo de prática, percebe-se como menos competente para a exploração do seu ambiente e para enfrentar situações novas. O presente estudo examinou as relações entre o controle psicológico materno, avaliado através das dimensões controle crítico e superproteção, e os escores de problemas internalizantes e de suas síndromes em pré-escolares, assim como as relações entre o suporte apropriado e os problemas internalizantes e as suas síndromes em pré-escolares. Além disso, foram examinadas as influências das variáveis sociodemográficas sobre as práticas educativas maternas e os problemas internalizantes. Participaram deste estudo 103 mães cujos filhos, de ambos os sexos, tinham idade entre três e cinco anos. As mães foram convidadas para participar do estudo em sete escolas particulares de Salvador, cujas mensalidades variaram entre R\$ 75,00 e R\$ 220,00. Durante as entrevistas, previamente agendadas nas escolas dos filhos, as mães responderam a uma ficha de dados sociodemográficos, ao Inventário dos Comportamentos de Crianças entre 1½ e 5 anos (CBCL-1½-5) e à Entrevista Estruturada sobre Práticas Educativas Parentais e Socialização Infantil. O escore total de problemas internalizantes não foi predito pelas práticas educativas maternas investigadas, porém, foram verificadas correlações significativas e positivas, mas de fraca intensidade, entre as síndromes ansiedade/depressão e retraimento, que compõem o agrupamento de problemas internalizantes, e o controle crítico. As análises de regressão realizadas indicaram que apenas o retraimento foi predito significativamente pelo controle crítico. A escolaridade e a idade parental, respectivamente, foram as variáveis mais relevantes para a compreensão das práticas educativas maternas e dos problemas internalizantes. Discute-se a suscetibilidade de algumas das síndromes dos problemas internalizantes às práticas educativas, assim como a relevância das dimensões afetivas da interação mãe-criança para o desenvolvimento e para a manutenção dos problemas internalizantes, nos primeiros anos de vida da criança. Além disso, discute-se a influência de variáveis sociodemográficas sobre as práticas e sobre os problemas internalizantes, assim como as características do instrumento utilizado para a investigação das práticas educativas maternas.

Apoio financeiro/Bolsa: CAPES

Nível do trabalho: Mestrado - M

Palavras-chave: problemas internalizantes, práticas educativas maternas, desenvolvimento infantil.

Área da Psicologia: DES - Psicologia do Desenvolvimento

**IMPACTO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS MATERNAS AOS 18 E AOS 36 MESES SOBRE OS PROBLEMAS EXTERNALIZANTES DE CRIANÇAS AOS**

**36 E AOS 48 MESES.** *Catiele Paixão\**, *Patrícia Alvarenga*, *Taiane Lins\*\**, *Heloneida Costa\** e *Eliana Almeida\** (Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA)

De acordo com os achados da literatura, interações familiares hostis, caracterizadas pela adoção frequente de práticas educativas maternas coercitivas, tais como, privação e punições físicas e verbais, assim como a inconsistência na adoção dessas práticas estão relacionadas a dificuldades no desenvolvimento social infantil, e, particularmente, aos problemas de comportamento externalizantes. Esses problemas são caracterizados por manifestações de agressividade, comportamentos desafiadores e dificuldades de atenção, que podem evoluir para problemas mais graves na adolescência ou na vida adulta, como o Transtorno Opositivo Desafiador, o Transtorno da Conduta e o Transtorno de Personalidade Antissocial. O presente estudo avaliou o impacto das práticas educativas maternas, aos 18 e aos 36 meses, sobre os problemas externalizantes de crianças aos 36 e aos 48 meses, por meio de um delineamento longitudinal. Participaram do estudo 22 díades mãe-criança selecionadas em quatro maternidades públicas de Salvador durante o terceiro trimestre de gestação. Todas as crianças eram do sexo masculino. As mães receberam visitas domiciliares aos 18, 36 e 48 meses de vida da criança e responderam, individualmente, à Entrevista sobre Práticas Educativas Maternas, que abordou situações do cotidiano da relação mãe-criança e ao Inventário dos Comportamentos de Crianças entre 1½ - 5 anos (CBCL 1½ -5). A análise de conteúdo das entrevistas revelou dez práticas educativas as quais foram alocadas em dois grupos: práticas não coercitivas e práticas coercitivas. Foram verificadas correlações negativas entre algumas categorias de práticas não coercitivas, como a explicação apontando consequências e a mudança nos hábitos da criança, aos 18 e 36 meses, respectivamente, e os problemas externalizantes aos 48 meses, enquanto a negociação/persuasão aos 36 meses esteve negativamente correlacionada aos problemas externalizantes aos 36 meses. Práticas coercitivas, como a punição física aos 18 meses e a punição verbal aos 36 meses, por outro lado, estiveram positivamente correlacionadas aos problemas externalizantes, enquanto a coação física aos 18 meses esteve negativamente correlacionada a esses problemas aos 48 meses. A análise de regressão revelou que apenas as práticas educativas coercitivas relatadas pelas mães aos 18 e 36 meses da criança foram preditores significativos dos escores de problemas externalizantes aos 36 meses, sendo a relação positiva (18,9% da variância explicada). Os dados corroboram os achados da literatura indicando que as práticas educativas coercitivas estão relacionadas a prejuízos no desenvolvimento social infantil. Os resultados mostram que as práticas educativas maternas podem ser fatores de risco para o desenvolvimento infantil, e que pode haver efeitos em médio prazo no que concerne à relação entre as duas variáveis. Assim, as práticas educativas maternas devem ser um importante foco de intervenções que visem a promover o desenvolvimento socioemocional infantil e reduzir problemas externalizantes.

Apoio financeiro/Bolsa: CNPQ/CAPES

Nível do trabalho: Mestrado - M

Palavras-chave: práticas educativas maternas, comportamento antissocial, desenvolvimento infantil.

Área da Psicologia: DES - Psicologia do Desenvolvimento

**EFEITOS DE UM PROGRAMA DE INTERVENÇÃO PARA A PROMOÇÃO DE HABILIDADES SOCIAIS EDUCATIVAS PARENTAIS COM**

**MÃES/CUIDADORES DE ADOLESCENTES COM PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO.** *Alessandra Turini Bolsoni-Silva (Laboratório de Aprendizagem, Desenvolvimento e Saúde, Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP); Priscila Ferreira de Carvalho Kanamota\*\* (Centro Universitário de Votuporanga, Votuporanga, SP; Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP); Juliano Setsuo Violin Kanamota (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, MS)*

Práticas educativas parentais negativas têm sido identificadas como uma das variáveis de manutenção de problemas de comportamento internalizante e externalizante em crianças em estágio pré-escolar e escolar. Da mesma forma, a literatura indica que o ensino de habilidades sociais educativas parentais reduz a frequência de problemas de comportamento e melhora a qualidade da interação entre pais e filhos, ainda que pouco estudado na adolescência. Este trabalho teve como objetivo avaliar os efeitos de um modelo de “Intervenção em grupo para pais”, aplicado em terapia individual, tanto para a ampliação de repertório social positivo dos pais/filhos quanto para a redução de práticas negativas e problemas de comportamento de filhos adolescentes. Participaram da pesquisa quatro mães/cuidadoras (P1, P2, P3 e P4) de adolescentes entre 12 e 14 anos com classificação clínica para problemas de comportamento inter e externalizante. Todas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O programa de atendimento era composto por vinte sessões sendo duas sessões de pré-teste, quatorze sessões de intervenção, duas sessões de pós-teste e duas sessões de seguimento realizadas seis meses após o pós-teste. Para as avaliações de pré-teste, pós-teste e seguimento foram utilizados o Inventário de Comportamentos da Infância e Adolescência - CBCL versão para pais; Roteiro de Entrevista de Habilidades Sociais Educativas Parentais - RE-HSE-P e Roteiro de Entrevista Clínica Semi-estruturada. Aplicou-se uma intervenção semi-estruturada com efetividade confirmada para mães de pré-escolares e escolares, no formato de grupo. Foi possível observar ganhos provenientes da intervenção psicoterápica com todas as mães/cuidadoras tanto ao final do processo psicoterápico quanto nas avaliações de seguimento. Para P1 e P4, observou-se o aumento de habilidades educativas parentais e redução de práticas educativas negativas, juntamente com o aumento das habilidades sociais de seus filhos adolescentes e a diminuição dos problemas de comportamento. Para P2, os resultados indicaram pouca generalização das habilidades discutidas em sessão na interação com o filho, sendo a mudança mais evidente a redução das práticas educativas negativas. Para P3, observou-se como principal ganho terapêutico a ampliação dos contextos e assuntos de interação com o adolescente; como consequência, observou-se o aumento das habilidades sociais e a redução de problemas de comportamento do adolescente. Dessa forma, foi possível observar que o procedimento elaborado para intervenção em grupo com pais/ cuidadores de crianças também pôde ser aplicado em terapia individual com mães/cuidadoras de adolescentes com resultados efetivos. Discute-se variáveis independentes como preditoras de sucesso da terapia, tal como ausência de negligência e motivação para discutir assuntos relacionados à interação pais-filhos. Tal pesquisa colabora para a área da psicologia baseada em evidências, além de ampliar a tecnologia de intervenção da área de habilidades sociais educativas e problemas de comportamento.

Apoio financeiro/Bolsa: CAPES

Nível do trabalho: Mestrado - M

Palavras-chave: habilidades sociais educativas parentais, problemas de comportamento, psicologia baseada em evidências, psicologia preventiva.

Área da Psicologia: DES - Psicologia do Desenvolvimento



**EFEITOS DE INTERVENÇÃO SEMI-ESTRUTURADA COM MÃES: RELAÇÕES ENTRE HABILIDADES SOCIAIS EDUCATIVAS PARENTAIS E PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO INTERNALIZANTES.** *Natália Pinheiro Orti\*\* (Laboratório de Aprendizagem, Desenvolvimento e Saúde; Universidade Estadual Paulista; Bauru, SP), Mayara Paula da Silva Matsunaka\* (Laboratório de Aprendizagem, Desenvolvimento e Saúde; Universidade Estadual Paulista; Bauru, SP), Maísa Kich Grecco\* (Laboratório de Aprendizagem, Desenvolvimento e Saúde; Universidade Estadual Paulista; Bauru, SP), Alessandra Turini Bolsoni-Silva (Laboratório de Aprendizagem, Desenvolvimento e Saúde; Universidade Estadual Paulista; Bauru, SP)*

Os problemas de comportamento internalizantes caracterizam-se por diferentes comportamentos infantis relacionados a depressão, ansiedade, timidez e somatização. Frequentemente não são diagnosticados, especialmente porque os sintomas são raramente percebidos por professores e pais como problemas, o que dificulta intervenções preventivas e favorece o desenvolvimento de problemas clínicos na vida adulta. Sabe-se que as habilidades sociais educativas parentais são variáveis diretamente relacionadas aos problemas de comportamento na infância. Nesse sentido, intervenções focadas no desenvolvimento de tais habilidades parentais podem reduzir problemas de comportamento e promover repertórios socialmente habilidosos das crianças, os quais são apontados como importante fator de proteção à saúde mental do indivíduo na vida adulta. O presente trabalho teve por objetivo avaliar os efeitos de um procedimento terapêutico com mães em relação às habilidades educativas parentais e os problemas de comportamento internalizantes. O estudo teve como participantes cinco mães de crianças com problemas de comportamento exclusivamente internalizantes. O delineamento foi quase-experimental, sendo que três mães passaram pela intervenção individualmente e duas mães formaram o grupo controle. Todas as mães foram avaliadas em linha de base, pré-teste e pós-teste, e somente as mães participantes da intervenção fizeram avaliação de seguimento. Os instrumentos de avaliação usados foram o RE-HSE-P e o CBCL. O procedimento de intervenção empregado é semi-estruturado, no sentido que prevê o desenvolvimento de diferentes habilidades sociais educativas parentais de forma flexível e contingente às dificuldades e queixas específicas de cada caso a partir da avaliação diagnóstica inicial. As estratégias do procedimento na interação com as mães foram empatia, pergunta sobre fatos e sentimentos, solicitação de reflexão, interpretação, informação, recomendação, empatia, concordância e discordância. De acordo com as medidas do RE-HSE-P, houve um aumento na variabilidade de habilidades sociais educativas parentais (P1=18, não-clínico ; P2=18, não-clínico; P3= 6, limítrofe) e acentuada redução de práticas negativas (P1=4, não-clínico; P2=4, não-clínico ; P3=6, limítrofe) das mães participantes da intervenção no pós-teste, sendo que tais resultados melhoraram ou se mantiveram no seguimento, com exceção da mãe P3 com relação ao aumento de práticas negativas identificadas no seguimento, em função de um contexto de separação conjugal no qual ocorreu frequentes demonstrações de inconsistências e divergências entre os pais e aumento da irritabilidade da mãe. As mães não atendidas não tiveram apresentaram alterações com relação a variabilidade de habilidades educativas e mantiveram ou aumentaram as práticas negativas. Os resultados do CBCL demonstraram a remissão de problemas de comportamento internalizantes dos filhos cujas mães participaram da intervenção no pós-teste (P1=52; P2=45; P3=43) e seguimento (P1=48; P2=41; P3=50),

enquanto os filhos das mães do grupo controle permaneceram clínicos para internalização no pós-teste (P4=74 e P5= 71). Ressalta-se a importância do desenvolvimento de intervenções com mães cujo foco seja o aumento da variabilidade de habilidades sociais educativas parentais e a redução de práticas negativas para o tratamento e prevenção de problemas internalizantes na infância. Recomenda-se que pesquisas futuras possam estudar variáveis de processo relacionadas a efetividade do procedimento terapêutico e inter-relações entre parentalidade e conjugalidade na determinação de problemas no desenvolvimento infantil.

Apoio financeiro/Bolsa: CAPES/CNPQ

Nível do trabalho: Mestrado - M

Palavras-chave: problema de comportamento internalizante, habilidades sociais educativas parentais, intervenção.

Área da Psicologia: DES - Psicologia do Desenvolvimento

**Efeitos de uma intervenção com foco nas práticas educativas parentais sobre os problemas internalizantes na infância.** *João Marcos de Oliveira\*\**, *Patrícia Alvarenga (Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA)*

Crianças com problemas internalizantes tendem a apresentar maior dificuldade de solucionar ou solicitar auxílio para situações de difícil resolução, além de possuírem um repertório restrito para as interações sociais e sofrerem com sintomas emocionais, como a ansiedade e a depressão. As práticas parentais intrusivas estão relacionadas ao desenvolvimento de problemas internalizantes e se caracterizam por restringir, invalidar ou manipular a experiência e as expressões emocionais e comportamentais da criança, ou criticá-la e humilhá-la. O objetivo deste estudo foi avaliar o efeito de uma intervenção grupal, direcionada às práticas educativas parentais, sobre os problemas internalizantes na infância por meio de um delineamento quase-experimental com grupos não-equivalentes, com pré e pós-teste. A hipótese principal foi a de que, no grupo intervenção, os escores de problemas internalizantes e de suas respectivas síndromes no pós-teste seriam inferiores quando comparados aos escores de problemas internalizantes no pré-teste. Esperava-se também que os escores de problemas internalizantes e das síndromes internalizantes fossem mais altos no grupo comparação do que no grupo intervenção no pós-teste. Participaram 13 mães e um pai de crianças entre três e seis anos divididos em dois grupos: intervenção e comparação. A intervenção teve oito sessões grupais com frequência semanal. Os instrumentos utilizados foram uma ficha de dados sociodemográficos, e o CBCL nas versões para 1½ a 5 anos (CBCL/1½-5 anos) e para 6 a 18 anos (CBCL/6-18 anos). A análise de dados foi conduzida por meio de procedimentos de estatística descritiva e dos Testes Wilcoxon e Mann-Whitney. Os resultados revelaram somente uma redução nos escores do grupo intervenção, do pré para o pós-teste, na síndrome queixas somáticas. A hipótese principal não foi confirmada. O impacto da intervenção sobre as queixas somáticas no grupo intervenção pode ter sido consequência dos seguintes processos induzidos ou iniciados pelo programa de intervenção: a) substituição de práticas superprotetoras e coercitivas por práticas facilitadoras do desenvolvimento social, levando à extinção respondente de componentes relacionados às dimensões fisiológicas de emoções eliciadas por práticas intrusivas e, especialmente, por aquelas de caráter coercitivo, como por exemplo, dores de barriga ou enjoos; b) aumento do controle da criança sobre o contexto das relações pais-filhos, diminuindo seu caráter aversivo e imprevisível e levando à extinção respondente dos sintomas somáticos; c) substituição

de práticas de superproteção por práticas de incentivo à autonomia e envolvimento parental positivo, permitindo classes de respostas mais apropriadas e socialmente competentes. Não houve diferenças significativas entre os grupos para problemas internalizantes, nem para as demais síndromes. Discutem-se as implicações da duração e da amplitude da intervenção, da não equivalência dos grupos, da idade e da escolaridade dos participantes.

Apoio financeiro/Bolsa: CNPQ

Nível do trabalho: Mestrado - M

Palavras-chave: problemas internalizantes, práticas educativas parentais, intervenção grupal.

Área da Psicologia: DES - Psicologia do Desenvolvimento

### **HABILIDADES SOCIAIS, FORÇAS PESSOAIS E EMOÇÕES POSITIVAS COMO FATORES DE RESILIÊNCIA NO BULLYING. *Juliana da Rosa Pureza\*\****

*(Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS), Carolina Saraiva de Macedo Lisboa (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS), Angela Helena Marin (Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS)*

O termo resiliência refere-se à adaptação em um contexto de mudança, por meio de recursos positivos para enfrentamento das adversidades. O crescimento de estudos sobre resiliência na infância e adolescência têm se destacado e eles possuem como objetivo avaliar as pessoas resilientes para compreender as estratégias e recursos utilizados por elas, subsidiando estratégias de prevenção e promoção de saúde. Uma das situações de adversidade que apresenta alta prevalência na infância, atingindo mundialmente um terço das crianças, é o fenômeno bullying. O bullying é caracterizado por comportamentos agressivos sistemáticos protagonizados por um agressor e seguidores contra uma vítima. Uma das consequências desse tipo de violência, além das dificuldades escolares, é o aparecimento de sintomas de baixa autoestima e depressão, os quais podem ser considerados como fatores de risco. Por outro lado, pesquisas recentes sugerem que as habilidades sociais e as forças de caráter podem auxiliar no desenvolvimento da autoestima e da autoeficácia, o que sugere que estas poderiam ser entendidas como fatores de proteção ao bullying. Além disto, o estudo das emoções positivas é considerado pela literatura com uma das ferramentas para a promoção e prevenção de saúde. Porém, não existem estudos que identifiquem quais são os fatores de proteção associados ao bullying, tampouco quais são as características das crianças identificadas como resilientes frente a este fenômeno. Dessa forma, o presente estudo tem por objetivo analisar as habilidades sociais, as forças pessoais e as emoções positivas de crianças que apresentam baixo envolvimento no bullying. As habilidades sociais, entendidas como comportamentos que expressam sentimentos, atitudes, opiniões ou direitos de uma forma adequada e eficaz para com o contexto, respeitando o comportamento das outras pessoas e resolvendo problemas, foram avaliadas através do Sistema de Avaliação de Habilidades Sociais (SSRS). As forças de caráter, compreendidas como traços de personalidade positivos individuais que se refletem nos pensamentos, sentimentos e comportamentos de um indivíduo, foram avaliadas através do VIA for Youth. Já as emoções positivas, que compõem o pilar dos estudos acerca de felicidade e a teoria do bem-estar, base da Psicologia Positiva, foram avaliadas através do Baralho das Emoções. Participaram do estudo 30 crianças de dez a 12 anos, que

estavam matriculadas em duas escolas estaduais de Porto Alegre – RS e foram identificadas como tendo um baixo envolvimento em situações de bullying através do Cuestionario Multimodal de Interação Escolar (CMIE-III). Análises estatísticas preliminares (Correlações de Spearman) identificaram fatores de proteção para cada um dos papéis no bullying: agressor (responsabilidade:  $r=-0,434$ ,  $p\leq 0,063$ ), testemunha (tranquilidade:  $r=-0,443$ ,  $p\leq 0,059$ ), e cyberbullying (empatia:  $r=-0,427$ ,  $p\leq 0,068$ ). Esses resultados indicam que existem especificidades nos fatores de proteção para cada papel relacionado ao bullying, o que sugere a importância de intervenções diversificadas para cada um dos participantes envolvidos nele. É importante a discussão destes resultados a luz de teorias fundamentadas na psicologia positiva, devido à importância da compreensão do bullying para a prevenção e a promoção da saúde mental na infância.

Apoio financeiro/Bolsa: CNPQ

Nível do trabalho: Mestrado - M

Palavras-chave: bullying, resiliência, psicologia positiva.

Área da Psicologia: CLIN - Psicologia Clínica e da Personalidade